

FUNCIONALISMO X FORMALISMO: UMA BRIGA COVARDE

Elizabeth Antônia de OLIVEIRA¹

RESUMO:

O presente trabalho pretende fazer uma rápida discussão sobre a postura que alguns funcionalistas têm adotado quando tentam excluir o formalismo da via de acesso aos estudos da língua. Para tanto, recorri a várias leituras e, a partir das discussões dos próprios funcionalistas, entre eles Dillinger, Halliday, verifica-se que não se pode dizer que funcionalismo e formalismo sejam propostas excludentes. Além disso, conclui-se que as riquezas das novas descobertas dos primeiros muito têm contribuído para a integridade da Lingüística moderna. Trabalhar a lingüística a partir do uso da língua deve ser, sem dúvida, a proposta mais acertada que existe. O que defendo é um diálogo mais próximo entre essas propostas, evitando-se assim que discussões importantes sejam jogadas fora, pois a Lingüística é ainda uma ciência nova e cheia de incertezas. E as verdades, se é que elas existem, não estão bem definidas ainda.

PALAVRAS-CHAVE: funcionalismo, formalismo, língua, uso, ensino-aprendizagem.

Considerações preliminares

Minha proposta com esta pequena discussão é apontar caminhos menos injustos contra as posições que têm sido estabelecidas objetivando criticar as funções da

¹ OLIVEIRA – PUC-MINAS. Programa de Pós-Graduação em Letras.
Rua Dr. Orestes Diniz, 20, ap. 103, bairro Nova Suíça, CEP: 30.460.710. Belo Horizonte-MG, Brasil. e-mail: liz.antonia@hotmail.com

gramática formal, críticas estas estendidas à gramática estrutural até a normativa. Estou me referindo aqui às propostas de ensino-aprendizagem que têm sido feitas pelos funcionalistas. Reconheço que esta é uma postura ousada para uma aprendiz que acredita que, se há algum problema com a gramática tradicional, ainda não é hora de jogá-la fora, porque tal atitude pode custar caro.

Quero, primeiramente, dizer que estou tendo o cuidado de chamar este trabalho de um ensaio, pois sei que muito ainda precisa ser revisto e rediscutido, mas espero que ele sirva para novas reflexões sobre o assunto.

A partir do diálogo que Dillinger (1990) estabelece com seus ‘co-lingüistas’ Votre & Naro (1989), e de outras leituras que venho fazendo na academia, verifica-se que uma importante e abrangente discussão precisa ser feita para garantir a integridade da Lingüística moderna. Inclusive porque parece que a Gramática Normativa tem sido banida dos bancos da academia, sem uma justificativa plausível para tal.

Com a bandeira do funcionalismo em punho, Votre & Naro (1989) observam que os formalistas estão discutindo e analisando as relações entre os elementos lexicais no texto de forma equivocada. Esses funcionalistas defendem que as propostas de estudos da estrutura gramatical não levem em conta as necessidades comunicativas, o uso da língua. Para tanto, travam uma briga direta com os gerativismos, partindo de Nascimento (1984), até o maior representante dessa abordagem: Chomsky. Mas, na prática, a crítica aos formalistas parece voltar-se mais contra as análises estruturais do que gerativistas. Isto é: as censuras dos funcionalistas envolvem diretamente a Gramática Tradicional. Seria possível direcionar o ensino-aprendizagem apenas ao uso

da língua, mesmo sabendo que a gramática se propõe a discutir aspectos específicos da linguagem?

Voltando a Votre & Naro, é importante ressaltar que esses teóricos estão propondo exclusividade funcional no ensino-aprendizagem da língua e definem formalismo e funcionalismo como abordagens diferentes e excludentes. Mas Dillinger (1990) argumenta que há um problema nessa afirmação. Nascimento (1984), quando discute a construção VS e chega a propor que o S, pós-verbal ocupa a posição de objeto direto, ficando a posição de sujeito vazia, é criticado por Votre & Naro, que observam que a estrutura proposta por Nascimento cria uma incompatibilidade total entre S e qualquer objeto direto. Nascimento é também chamado à roda por Dillinger, que aproveita para questionar o fato de esse autor (1990), mesmo com toda classe lingüística, ao respondendo aos questionamentos de Votre & Naro, dizer que formalistas e funcionalistas estudam objetos diferentes.

Para diluir a controvérsia, Dillinger observa que formalismo e funcionalismo não podem ser vistos como alternativos, porque estudam fenômenos diferentes, mas que envolvem um mesmo objeto: a língua. Os estudos dos aspectos abordados por ambos são complementares e igualmente necessários. Mas percebe-se hoje que o funcionalismo tem dado motivos para a existência da dicotomia formalismo/funcionalismo. Alguns estudiosos da linha funcionalista chegaram a dizer que o funcionalismo parece uma seita protestante em crise, que só quer rejeitar a autoridade do papa.

Três caras da mesma moeda

Em seu estudo que faz sobre o funcionalismo e seus maiores nomes, Neves (1997) cita, entre outros autores, o holandês Dik (1978), que faz uma comparação entre formalismo e funcionalismo, quando constrói dois paradigmas para estabelecer as diferenças/oposições que, segundo ele, marcam as duas abordagens.

Segundo Dik (*apud* NEVES, 1997), no paradigma formal (PFO) a língua é vista como um objeto abstrato, isto é: um conjunto de orações, enquanto a gramática é vista como uma tentativa de definir a língua, através de regras sintáticas. Neste paradigma a criança constrói a gramática da língua usando suas propriedades inatas: herança genética (gerativismo). Quanto à função da língua, esta serve para expressar os pensamentos. Outro aspecto que o teórico aborda no PFO é que a sintaxe e a semântica são autônomas em relação à pragmática.

Já no paradigma funcional (PFU) a língua é, segundo Dik, um instrumento de interação social. Não é abstrata, pois existe em função de seu uso. A função da língua é estabelecer comunicação entre os usuários. Por isso a aquisição da linguagem se desenvolve na interação comunicativa e a sintaxe e a semântica devem ser estudadas dentro de uma proposta pragmática. Esse paradigma deixa claro a viabilidade da integração funcionalismo formalismo.

Talvez o mais famoso dos funcionalistas, o teórico inglês Halliday (1985) também faz o seu quadro comparativo, mas ao mesmo tempo não deixa de reconhecer que ambas as abordagens estão ligadas à natureza da linguagem. A própria Neves

(1997) cita outro teórico inglês Leech (1983), quando esse fala que não se deve adotar uma das hipóteses exclusivamente, pois, segundo Leech, tanto é tolo negar que a linguagem é um fenômeno mental/psicológico, quanto negar que é um fenômeno social.

Castilho (*apud* COSTA VAL, 2002) aponta três maneiras de estudar a língua, que chama de “famílias teóricas”. A primeira família é, segundo ele, constituída pelos que vêem a língua como estrutura, que são a gramática normativa e os modelos estruturalistas. A segunda é formada pelos que definem a língua como uma atividade mental: a psicologia da linguagem, a compreensão, onde está situada a teoria gerativa. A terceira família é formada pelos que analisam a língua como atividade social, onde são encontradas a sociolinguística, as teorias funcionalistas e os estudos sobre enunciação e discurso.

É claro que são famílias teóricas que estudam fenômenos específicos, mas quando se fala de ensino-aprendizagem, não é possível pensar na possibilidade da desintegração dessas famílias. Penso que se essa tarefa ficasse para a gramática funcional, com certeza ela não daria conta de resolver todas as questões da língua sozinha. Como, então, interligar esses três instrumentos da Linguística na hora da construção do conhecimento? Esta é uma questão que deixo em aberto.

A forma

Entre os maiores expoentes do formalismo que os funcionalistas fazem questão de criticar estão os modelos gerativistas, que culminam na teoria padrão de Noam Chomsky. Este teórico estudou a forma por décadas, mas optou por uma visão mentalista da língua. Outro alvo é o estruturalismo fundado pelo norte-americano Leonard Bloomfield, famoso por suas descrições morfológicas. Considerado o fundador da lingüística estrutural norte-americana, foi, juntamente com Edward Sapir, o precursor do estruturalismo naquele país.

Sabe-se que a teoria formalista tem uma longa tradição. Em continuidade à Gramática Tradicional ou normativa, ela passou a designar o estudo da fonética, da fonologia, morfologia, da sintaxe, dos sintagmas, da oração (forma lingüística). Nesses estudos fica claro que a linguagem é abordada como um sistema autônomo, descontextualizado. Tem o objetivo de apontar normas para a “correta” utilização oral ou escrita do idioma, isto é: escrever e falar a língua padrão.

A Gramática Normativa tem a preocupação básica de trazer conceitos, definições de estruturas e funções da língua. Essas respostas são construídas a partir de análises semânticas. Eu aprendi na Escola que “Os verbos de predicação completa denominam-se **intransitivos** e os de predicação incompleta, **transitivos**.” (CEGALLA, 1985, p. 283).

Mas hoje temos novas propostas para trabalhar esses verbos. Hopper & Thompson (1980), por exemplo, não opõem binariamente verbos transitivos a intransitivos. Eles lidam com transitividade como ação, movimento, trânsito. Isto é: um agente animado, intencional, individuado, causando uma mudança física no estado

ou na localização de um objeto individuado. “O grau de transitividade está assim relacionado com o nível de completude da ação que envolve os dois participantes, e ao modo de realizar a mudança física no objeto.” (VOTRE & NARO, p. 181). As orações mais transitivas normalmente se situam em seqüências temporais, de figura, em que se verificam cadeias tópicas, a respeito de referentes agentes.

Para explicar melhor, Hopper & Thompson associam a transitividade a uma função pragmática: dinamicidade do verbo, agentividade do sujeito, afetação do objeto.

Temos as seguintes orações, extraídas de Cunha, 2008, p. 171:

- Batman derrubou o Pingüim com um soco.
- A Mulher Gato não gostava do Batman.
- Esse rio tem uma forte correnteza.
- Então o Pingüim chegou na festa.

Para a Gramática Normativa apenas as três primeiras orações são transitivas e apresentam objetos diretos como complementos dos verbos. Já para Hopper & Thompson, levando em conta a função pragmática, todas as orações são transitivas em graus diferentes. Isto é: a oração (a) (Batman derrubou o Pingüim com um soco.) ocupa lugar mais alto na escala de transitividade, seguida de (d) (Então o Pingüim chegou na festa.), depois (b) (A Mulher Gato não gostava do Batman.) e, por último, (c) (Esse rio tem uma forte correnteza.). Na proposta de Hopper & Thompson (a) é a mais agentiva de todas, além de haver nela maior afetação do objeto. Logo, é a mais

transitiva. Tomando também como base a pragmática, Givón (1979) nega a autonomia do sistema que, para ele, depende totalmente do uso da língua.

Retomando a comparação forma função, aprendi também na Escola que “**sujeito** é o ser de quem se diz alguma coisa.” (CEGALLA, 1985, p. 273). Perini (1996), em sua Gramática Descritiva do Português, fala que “**sujeito** é o termo da oração que está em relação de concordância com o NdP” (núcleo do predicado). Ele observa que está usando uma definição formal. “... não estamos aqui preocupados com o termo que exprime o agente de uma ação.”, (p. 77). Esse agente de uma ação de quem Perini fala é o sujeito em suas interações sociais, o sujeito pragmático tratado pelo funcionalismo.

Temos as seguintes orações:

- Batman derrubou o Pingüim com um soco.
- (eu) Deixei cair o bolo.
- Ela se cortou com o alicate.

De acordo com a Gramática Tradicional “Batman”, “eu” e “Ela” são os sujeitos das orações. Mas, nas funções pragmáticas, “Batman” ocupa a posição de agente causador, “eu” também é um agente causador e “Ela” ocupa a posição de agente experienciador.

Decat, em sua tese de doutorado (1993) distingue entre lingüistas e gramáticos. Deve haver distinção sim. Gramáticos devem ser, por exemplo, Perini, que também pode ser funcionalista; ou Cegalla, que deve ser normativista.

A função

O funcionalismo busca, no contexto discursivo, motivação para compreender o funcionamento da língua. Isso significa que língua é um fenômeno social e o desenvolvimento comunicativo é visto como habilidade necessária à sociedade. A língua tem função social e deve ser estudada no uso. Para tanto, o ensino-aprendizagem deve envolver principalmente aspectos semânticos e pragmáticos. Ou seja, “a língua não constitui um conhecimento autônomo, independente do comportamento social. Ao contrário, reflete uma adaptação, pelo falante, às diferentes situações comunicativas”. (CUNHA, 2008, p. 158). A gramática deve ser, então, um instrumento maleável, que se adapta às necessidades comunicativas e cognitivas dos falantes em suas interações discursivas.

Aqui, a Escola de Praga é a mais famosa e ponto de referência nos estudos, com o seu expoente Roman Jakobson, responsável pela classificação das funções da linguagem: referencial, emotiva, conativa, fática, metalingüística e poética; e pelo conceito de marcação na morfologia, que estabelece a distinção entre categorias marcadas e não-marcadas. Há ainda a Escola de Genebra, com Saussure (que é também chamado de formal por alguns funcionalistas). Depois vem a Escola de Londres, com destaque para Halliday, além do Grupo da Holanda com Dik.

Para esses teóricos o estudo da gramática deve levar em conta a interação social, papel do contexto, o uso da língua. Essa interação deságua ainda na entonação, prosódia, discurso. Eles defendem que a gramática funcionalista analisa a relação

sistemática entre as formas e as funções em uma língua e que o discurso vai além da fala, envolvendo gestos, expressões faciais, manifestações emocionais.

Críticas ao formalismo

Depois de Votre & Naro, Neves (1997) vêm reforçar que formalismo e funcionalismo são “... dois pólos de atenção opostos no pensamento lingüístico...”. Ela argumenta que o formalismo é independente do uso da língua, pois “a análise da forma lingüística parece ser primária, enquanto os interesses funcionais são apenas secundários.” (p. 39).

Quando Neves fala que, recorrendo à distinção entre léxico e gramática de Talmy (1988), pode-se dizer que “cabe à gramática configurar o conteúdo cognitivo (que está, basicamente, no léxico), organizando-o comunicativamente.” (p. 112), a pergunta é: como fazer isso, se não recorrendo aos três aspectos: forma, estrutura, função?

Sabe-se que a língua é instrumento de interação social, mas pode ser também analisada como um sistema. Du Bois (1985) propõe que as gramáticas sejam “sistemas adaptáveis” às pressões externas, isto é: às situações de uso da língua, contra o modo de funcionamento da gramática no estruturalismo, onde, segundo ele, as únicas formas de organização da língua são as internas.

Dessa forma, percebe-se que os funcionalistas não conseguem abandonar a estrutura e propõem uma análise da estrutura da língua diferente da proposta pelos formalistas. Eles vêm, por exemplo, completar outras abordagens da língua com as noções de agente/causador/experienciador, de tópico, de categorias marcadas e não-marcadas. Há ainda a noção/oposição entre figura/fundo, tão bem importada da Gestalt e que muito tem contribuído para as atividades de leitura e construção de sentido no texto. A relação figura/fundo mostra o que o falante codifica como núcleo e como acessório ou complemento no discurso. Todos esses instrumentos são representativos da pragmática e muito têm enriquecido o processo de ensino-aprendizagem. Se digo: “O menino derrubou a cadeira.”, temos não só um sujeito em “menino”, mas um agente causador, que é também tópico. Em “Os menino saiu.”, temos não só substantivo e verbo em “menino” e “saiu”, mas categorias não-marcadas e mais comuns.

Bakhtin, falando da “Interação verbal”, já observava que “A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações.” (BAKHTIN, 1981, p. 123). Todavia, é importante observar que ele não estava fazendo uma crítica aos formalistas, bem como não estava falando propriamente de ensino-aprendizagem, mas sim lembrando que o homem é um ser histórico, social. Mari (2008) sem a pretensão de assumir qualquer posição nesse tipo de discussão, observa que o sentido está no sistema, no sujeito e na história. Isto é: a estrutura é também um aspecto que deve ser levado em conta nas discussões lingüísticas.

Conclusão

O que estou defendendo aqui é que, acima de tudo, não se destrua, tanto na Escola, quanto na Universidade, a via de conexão que ainda resta para acesso ao estudo da forma. Forma esta que pode ser as propostas do gerativismo, as regras do estruturalismo ou as normas da Gramática Tradicional.

A gramática formal trabalha com listas, regras, sistemas. Mas a funcional trabalha com redes de relações entre essas listas, regras e sistemas. Por que, então, se posicionarem tão radicalmente, chamando-as de excludentes, alternativas? Essas “famílias” têm, com certeza, parentesco muito próximo. O que falta é incorporar os instrumentos de interação social, isto é: o uso da língua, ao estudo da gramática e não negar esta.

Sem oração não há cláusula, sem sujeito não há agente, causador, experienciador. Como falar da transitividade agentiva causativa de Hopper & Thompson, sem antes passar pelos verbos transitivos diretos e indiretos? Que saudade do meu objeto direto! Aquele sim, nunca tive dificuldade de entender.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV, V. N.). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1981.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1985.
- CUNHA, Angélica Furtado da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de lingüística*. São Paulo, Contexto, 2008, p. 157-176.
- DILLINGER, Mike. *Forma e função na lingüística*. São Paulo, D.E.L.T.A., v. 7, nº 1, 1990, p. 395-407.
- DU BOIS, J. W. Competing motivations. In. *Iconicity in syntax*. Amsterdam, J. Haiman, 1985.
- GIVÓN, Talmy. *On understanding grammar*. New York, Academic Press, 1979.
- HALLIDAY, M. A. K. *System and function in language*. London, Oxford University Press, Gunther Kress, 1976.
- HOPPER, Paul. & THOMPSON, Sandra. *Transitivity in grammar and discourse*. *Language*. v. 56, Baltimore, 1980.
- MARI, Hugo. *Os lugares do sentido*. São Paulo, Mercado de Letras, 2008.
- NASCIMENTO, Milton do. *Teoria gramatical e “mecanismos funcionais do uso da língua”*. São Paulo, D.E.L.T.A., v. 6, nº 1, 1990, p. 83-98.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo, Ática, 1996.
- COSTA VAL, Maria da Graça. *A gramática do texto, no texto*. Belo Horizonte-MG. Faculdade de Letras da UFMG. *Revista de Estudos da Linguagem*. V. 10, nº 2. jul./dez. 2002.
- VOTRE, Sebastião J., NARO, Anthony J. *Mecanismos funcionais do uso da língua*. São Paulo, D.E.L.T.A., v. 5, nº. 2, 1989, p 169-184.

Bibliografia consultada

- CHOMISKY, Noam. *Sobre a natureza da linguagem*. São Paulo, Martins Fontes, 2006. (Trad. Marylene Pinto Michael)
- CHOMISKY, Noam. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. São Paulo, UNESP, 2000. (Trad. Marco Antônio Sant'Anna)
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

